



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2022

Presidente

Bruno Miguel Arruda Machado

Deputados

Iracema de Jesus Pinheiro Sousa Furtado

Helena Margarida Vieira de Medeiros Andrade

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

Iola Maria dos Santos Pacheco Silva

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

Pedro Miguel Peres da Costa Pereira

António José Braga Sousa

Cláudio Manuel Pacheco Medeiros

Mariana Ferreira Salema

Amélia de Jesus da Paz Pacheco de Sousa

Rúben Miguel Correia Rego

Emanuel Frias Santos

Bruno Gonçalo da Ponte Paiva

Rui Nelson Furtado Amaral

Maria Rita Cabral Rodrigues

João Manuel de Sousa Rainha

Sara Maria Couto Botelho

Luís Filipe Marques Soares Gomes

Alexandre Custódio Batista Câmara Amaral

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Nuno Alexandre Teixeira Sociedade

Rui Simas Santos

Teresina de Fátima Graça Carreiro Teixeira

Alexandre Alberto Andrade Duarte

Armando dos Santos Rodrigues

Secretários

Amélia de Jesus da Paz Pacheco de Sousa

Maria Helena de Rodrigues Ponte



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2022

ÍNDICE

REGISTO DE PRESENÇAS

APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM – I. N.º 8369/2022 – INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADE MUNICIPAL (CAMARÁRIA) E
RELATÓRIO FINANCEIRO -----

PONTO DOIS - I. N.º 7748/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO- LANÇAMENTO DE DERRAMA
PARA O ANO ECONÓMICO DE 2023 -----

PONTO TRÊS - I. N.º 7749/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - FIXAÇÃO DO VALOR DA
TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA O ANO ECONÓMICO DE 2023 ---

PONTO QUATRO – I. N.º 7751 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO
IRS PARA O ANO DE 2023 -----

PONTO CINCO – I. N.º 8183/2022 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – IMPOSTO MUNICIPAL
SOBRE IMÓVEIS (IMI) – FIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO DE 2023 -----

PONTO SEIS – I. N.º 6661 – INFORMAÇÃO – RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO
PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL -----

PONTO SETE – I. N.º 7912/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – REVISÃO DO PROGRAMA
DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL -----

PONTO OITO – I. N.º 7930/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ORÇAMENTO E GRANDES
OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2023 -----



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2022

-----Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila e no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência do senhor Bruno Miguel Arruda Machado, secretariada pela senhora Maria Helena de Rodrigues Ponte e pela senhora Amélia de Jesus da Paz Pacheco de Sousa, na qualidade de primeira e de segunda-secretária da Mesa da Assembleia, respetivamente. -----

-----O senhor presidente declarou aberta a sessão eram vinte horas. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

- Registo de presenças

Foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes daquele órgão, verificando-se a presença dos mesmos, com exceção da presidente da Assembleia Municipal, Maria Eugénia Pimentel Leal, das deputadas municipais Maria da Conceição Frias Santos e Liliana Maria Martins Dias e do presidente de Junta de Freguesia de Ribeira das Tainhas, Arménio Maurino Correia Jardim, ausentes por motivo justificado e que se fizeram substituir pelos respetivos substitutos legais. -----

Assistiram à reunião o presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, a vice-presidente, Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, os vereadores Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Carlos Melo Pimentel, Emanuel Sousa Medeiros, Eunice Maria Pinheiro Sousa e Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa. -----

- Aprovação da ata anterior

Procedeu-se à aprovação da ata da reunião do dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e dois. -----

Colocada à votação, foi aprovada por maioria (com uma abstenção do PS e uma abstenção do PSD).

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS

O deputado municipal Emanuel Santos fez uso da palavra e apresentou o seguinte voto de congratulação: -----

“O Clube Desportivo de Vila Franca participou na 7.ª Edição do Epic Trail Run Azores 2022, que decorreu entre os dias 2 e 4 de dezembro de 2022, na ilha de São Miguel, sendo uma das equipas mais representadas nesta prova internacional com 33 atletas. Apesar das dificuldades impostas



pelas condições meteorológicas que se fizeram sentir, o empenho e dedicação dos seus atletas, fizeram que se atingisse resultados históricos ao nível do trail para aquela coletividade desportiva quer pelos desempenhos individuais e coletivos quer pelo valor dos atletas adversários. -----

Num evento com mais de 1100 atletas, oriundos de 21 países, sendo 583 do continente, 27 da Região Autónoma da Madeira e cerca de 413 da Região Autónoma dos Açores, provenientes de 7 das 9 ilhas dos Açores, a participação do Clube Desportivo de Vila Franca foi, a todos os níveis, épica, apresentando atletas em todas as distâncias. Numa edição em que o número de participantes ultrapassou as edições anteriores, o Clube Desportivo de Vila Franca alcançou resultados verdadeiramente épicos: -----

1.º Lugar Geral/15 km -----

1.º Lugar M Sub 23 -----

2.º Lugar/15 km/ M Jovem -----

2.º Lugar/15 km/ M 40 -----

2.º Lugar/30 km/ M 50 -----

2.º Lugar/60 km/ F 50 -----

2.º Lugar/Equipas/15 km -----

2.º Lugar/Equipas/30km -----

Assim, propõe-se um voto de congratulação para a equipa do Clube Desportivo de Vila Franca pelos resultados alcançados, fazendo votos para que o futuro traga mais êxitos àquela coletividade desportiva”. -----

Colocado à votação o voto de congratulação, foi aprovado por maioria (com uma abstenção do PSD). -----

O deputado municipal Cláudio Medeiros apresentou o seguinte voto de congratulação: -----

“Voto de congratulação a todos e todas que direta ou indiretamente foram intervenientes na concretização do programa que assinalou os 500 anos do terramoto de Vila Franca do Campo.” -----

“Gostaríamos de enaltecer o excelente trabalho e o sucesso do alcance dos eventos realizados no âmbito do 500º ano do terramoto de Vila Franca do Campo, ocorrido no dia 22 de outubro de 1522 e que alterou de forma definitiva a história da nossa vila, marcando significativamente a vivência e a identidade dos seus habitantes. O programa foi desenvolvido pela Câmara Municipal com a colaboração de uma Comissão de Trabalho, da qual fizeram parte várias entidades, que contribuíram para alargar o espectro de ação, não só junto da nossa comunidade, mas, também, junto de um público mais alargado. Decorreram atividades de carácter pedagógico, cultural, religioso, artístico, técnico, desportivo e científico, entre fevereiro e novembro do presente ano, de que se destacam: -----

- As Oficinas pedagógicas de arqueologia – realizadas em colaboração com a EBS Armando Côrtes-Rodrigues e que alcançaram 280 alunos/as; -----
- A exposição fotográfica itinerante Romeiros da nossa terra que passou por todas as juntas de freguesia do nosso concelho, com a colaboração da Associação Movimento Romeiros de São Miguel; -----



- *O peddy paper À descoberta da Vila que destacou vários elementos do património edificado da vila e a sua história com a colaboração do Museu Municipal de Vila Franca do Campo; ---*
- *A Exposição de arqueologia Mistérios e dinâmicas do nosso passado, patente no Museu Municipal de Vila Franca do Campo, que reúne o espólio arqueológico mais relevante e significativo das escavações realizadas na Vila, entre 1967 e 2016. Aproveitamos para agradecer a Fundação Sousa d'Oliveira pela cedência do espólio que também integra esta exposição; -----*
- *O Concerto de Sonata clássica com uma passagem pela história da música, dos séculos XVI ao XVIII; -----*
- *A edição de um selo comemorativo que nos coloca em destaque nas coleções de filatelia e de que agradecemos a colaboração dos CTT e dos seus representantes nesta matéria; -----*
- *Os trabalhos de arqueologia com a abertura de uma nova sondagem arqueológica que colocou visível, uma vez mais os níveis do movimento de vertente que se seguiu ao terramoto de 1522; -----*
- *O seminário Proteção Civil: gestão de catástrofes que reuniu 5 oradores em destaque, com temas de grande pertinência, dando enfoque à prevenção de riscos naturais e à minimização do impacto de catástrofes, aos quais estamos expostos pelas características geodinâmicas da ilha e do arquipélago; -----*
- *Seguindo-se um exercício prático de Proteção Civil, coorganizado pela Câmara Municipal e pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo, com a colaboração do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, do Agrupamento dos Escuteiros 436 de VFC e 767 de Ponta Garça, Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, a quem deixamos o nosso sincero agradecimento; -----*
- *O encontro de desenhos (a)riscar o Património, dos Urban Sketchers Açores, a quem também agradecemos a colaboração, realizado na Ermida do Convento de Santo André e que integrou esta efeméride no programa das Jornadas Europeias do Património; -----*
- *A edição do livro Subversão – Vila Franca do Campo 1522, do ilustre professor Teixeira Dias; -----*
- *O Colóquio Internacional Catástrofes Naturais na História: nos 500 anos do terramoto de Vila Franca do Campo, teve o financiamento da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e da Direção Regional da Ciência e Tecnologia e foi coorganizado pela Câmara Municipal e pelo CHAM Açores, centro de investigação científica da Universidade dos Açores e da Universidade Nova de Lisboa, a quem expressamos um especial agradecimento. Este encontro científico reuniu cerca de 36 oradores e 2 conferencistas, de várias Universidades e centros de investigação científica nacionais e internacionais, elevando a importância e o*



fundamento do estudo de catástrofes naturais em várias áreas, o debate e a disseminação de resultados que contribuem para a minimização de impactos negativos sobre as povoações; -----

- Ergueram-se ainda o memorial às Vítimas da catástrofe de 22 de outubro de 1522 da autoria do designer Professor Doutor Francisco Providência e o memorial aos Romeiros, do escultor João Moniz; -----*
- Celebraram-se eucaristias enaltecendo a resiliência dos sobreviventes da catástrofe e assinalando o papel meritório e de apoio prestado pela igreja; -----*
- É de assinalar, ainda, a reedição da obra A Vila, de Urbano de Mendonça Dias, coordenada pela Professora Doutora Margarida de Mendonça Vaz do Rego Machado, tão aguardada e desejada pela comunidade científica e pela comunidade local, sobre a história de Vila Franca do Campo; -----*
- Realizaram-se, também, visitas guiadas, excursões e caminhadas no âmbito desta efeméride, destacando a História e o Património Cultural material e Imaterial de Vila Franca do Campo. -----*

Deste modo, expressamos o nosso sincero agradecimento ao esforço e dedicação de todos os funcionários/as e colaboradores/as, que participaram na organização e apoio destas atividades". ---- Colocado à votação o voto de congratulação, foi aprovado por unanimidade. -----

O deputado municipal Emanuel Santos apresentou o seguinte voto de protesto: -----

-

*"Reivindicação da construção de um novo acesso à Praia da Pedreira, Freguesia de Água d'Alto" ----
"Considerando que a Praia da Pedreira, na freguesia de Água d'Alto, concelho de Vila Franca do Campo, não tem um acesso seguro e que o anterior acesso desapareceu parcialmente após derrocadas naquela encosta no último Inverno; -----*

Considerando que aquela praia com cerca de 170 metros de areal e com excelente qualidade de água, é frequentada por grande parte da população local e por milhares de visitantes na época balnear; -----

Considerando que o impacto económico na freguesia também é relevante com a visita de milhares de utentes ao longo do ano, uma vez que é comum os banhistas irem aos cafés da freguesia e, também, ao comércio local; -----

Considerando que a atividade económica na área da restauração e similares será afetada seriamente, dado que a ausência de visitantes na freguesia é notória e preocupante face à ausência daquela oferta balnear; -----

Considerando que no dia 3 de novembro de 2022, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em sede de comissão própria, questionou o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas sobre o tema em questão, solicitando esclarecimentos sobre a ausência de respostas à Junta de Freguesia de Água d'Alto e, ainda, esclarecimentos sobre a solução do Governo para resolver o problema do acesso à Praia da



*Pedreira; -----
Considerando que a resposta do Sr. Secretário Regional do Ambiente, em sede de comissão, foi "(...) De facto estive com os elementos da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, mas a câmara não deu alternativas para aquele acesso e, também temos de colher pareceres do Laboratório de Engenharia Civil. Um projeto destes, requer muito dinheiro e não temos"; -----
Considerando que na Anteproposta de Plano e Orçamento para 2023 da RAA não existe qualquer referência à Praia da Pedreira; -----
Considerando que a obra em causa é da responsabilidade do Governo Regional; -----
Assim, a Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, em reunião ordinária do dia 13/12/2022, manifesta o seu protesto por esta ausência de resposta e solução por parte do Governo Regional que irá influenciar negativamente o desenvolvimento do turismo na freguesia de Água d'Alto e no Concelho de Vila Franca do Campo". -----
Colocado à votação o voto de protesto, foi aprovado por maioria (com quatro abstenções do PSD). -----
A deputada municipal Margarida Pinheiro apresentou a seguinte declaração de voto -----
"No dia 25 de outubro de 2022, realizou-se a reunião do Conselho de Ilha de S. Miguel, na qual foi apresentada o Plano e Orçamento para a Ilha de S. Miguel, no valor de 240 milhões de euros. -----
Para o Concelho de Vila Franca do Campo foi atribuído apenas uma verba de 155 mil euros, distribuído do seguinte modo: -----
- 100 mil euros para o Porto de Pescas; -----
- 30 mil euros para o quartel de bombeiros; -----
- 25 mil euros para o Centro de Saúde de Vila Franca do Campo; -----
E eu, quer deputada municipal quer profissional de saúde pergunto: -----
O que se faz num Centro de Saúde com 25 mil euros??? -----
Não são milhões como referiu o Sr. vereador Pedro Costa em reunião de Câmara. -----
Nós estamos aqui para defender os interesses dos Vila-Franquenses. Por isso votamos contra este Plano e Orçamento, que em nada contribuiu para o desenvolvimento da nossa Vila. -----
Enquanto o PSD votou a favor para serem solidários com o Governo Regional e não pelos interesses dos nossos concidadãos de Vila Franca do Campo". -----*

ANTES DA ORDEM DO DIA

A deputada municipal Mariana Salema, no uso da palavra que lhe foi conferida, questionou o presidente da Câmara se possuía alguma estratégia delineada, para o futuro próximo, que colmatasse os problemas atualmente existentes com a máquina de recolha de resíduos localizada no mercado municipal. Relembrou que o funcionamento da referida máquina tem tido uma grande adesão por parte da população em geral, o que, conseqüentemente, tem causado congestionamento tanto para a população, como para o comércio envolvente. Questionou o presidente da Câmara se estava a par dos referidos problemas e se já tinha alguma solução que permitisse deslocar a



máquina para outro local. -----

O presidente da Câmara referiu que a iniciativa (das referidas máquinas) é do Governo Regional, nomeadamente da Secretaria da Ambiente, e que, concorrendo a um fundo internacional, depositou diversas máquinas em vários locais. Mais disse que, a seu ver, a colocação da máquina no mercado agrícola esteve relacionada com a segurança da mesma, ou seja, para que se evitasse que fosse vandalizada durante a noite por se encontrar num recinto fechado, ao invés de ser colocada na via pública, sujeitando-a a ser danificada. Prosseguiu dizendo que o referido programa terminaria brevemente, tendo a duração de um ano, sendo uma iniciativa com muita procura e tendo ocorrido alterações no seu acesso, considerando que antes não havia limite de depósito de embalagens e de dinheiro recebido em troca, sendo que atualmente está limitada a vinte e cinco euros por cidadão, o que permitiu reduzir o problema de congestionamento, considerando que agora mais depressa se atinge o *plafond*. Mais disse que não estavam equacionando mudar a máquina de local, porque as condições que levaram à implantação da máquina no mercado estavam relacionadas com questões de segurança (para não estar na via pública) e também porque já se encontravam no final do programa, não encontrando razões para alterar a localização. -----

A deputada Mariana Salema referiu que discordava do presidente, reconhecendo que o problema não estava relacionado com uma competência sua, mas que, no entanto, ainda restava um ano e que o funcionamento do mercado não era para servir diretamente aquele propósito. Referiu que acreditava ser um desafio equacionar outro local para a máquina onde se conseguisse controlar o seu acesso e lançou o desafio (aos colegas deputados municipais) que pensassem noutra local adequado e o sugerissem à Câmara Municipal, o que melhoraria o dia-a-dia de todos os vila-franquenses. Mais disse que tinha passado lá e não achava que o problema estivesse ficando controlado, antes pelo contrário, mantinha-se, sobretudo, junto dos comerciantes que se encontram na zona envolvente da máquina, o que gera muito desconforto. -----

O presidente da Câmara referiu que aceitava, com agrado, o desafio da deputada Mariana Salema, informando que se sugerissem um local melhor, assim seria. -----

A deputada municipal Sara Botelho, no uso da palavra que lhe foi conferida, questionou sobre o horário de funcionamento do terminal de autocarros de Vila Franca do Campo pois, pelo que constava, antes do último autocarro sair, o terminal por vezes encontra-se encerrado e as pessoas ficam expostas ao vento e à chuva e sem acesso aos sanitários. Questionou o presidente da Câmara se tinha conhecimento da situação, e tendo-a, se já tinha sido ultrapassada. -----

O presidente da Câmara informou que não tinha conhecimento de nenhuma ocorrência e que desconhecia qual o horário de funcionamento do terminal de autocarros - o qual iria verificar -, e admitindo que fazia sentido que o horário de fecho fosse mais próximo do horário dos autocarros. -----

O presidente da Câmara fez uso da palavra e pediu que fossem retirados os pontos cinco e sete da ordem de trabalhos. -----

Colocado à votação a retirada dos pontos cinco e sete da ordem de trabalhos, foi aprovada por unanimidade. -----



ORDEM DO DIA

PONTO UM – I. N.º 8369/2022 – INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADE MUNICIPAL (CAMARÁRIA) E RELATÓRIO FINANCEIRO -----

Foi presente à sessão a informação sobre a atividade municipal (camarária) e relatório financeiro, nos termos da alínea) do n.º 2 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -

O presidente da Câmara informou que o documento entregue relatava brevemente sobre o estado das obras na praia do Corpo Santo, do Parque Industrial, da asfaltagem do Caminho Novo até ao fim de Ponta Garça, das negociações com o FAM (Fundo de Apoio Municipal), dos festejos de Natal, das edições dos livros que ocorreram, assim como da situação financeira da Câmara Municipal no dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e dois. Mais disse que estava disponível para responder a eventuais questões. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO DOIS - I. N.º 7748/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO- LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO ECONÓMICO DE 2023 -----

Pelo presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----

“Pelo presidente da Câmara Municipal foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----

“A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro veio estabelecer o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. -----

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º do citado diploma, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território. -----

O programa de recuperação financeira, operado pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM), através do Programa de Ajustamento Municipal vigente, consagra a obrigação da elevação à taxa máxima dos impostos municipais. -----

Conforme determina a alínea c) do n.º 1 do artigo 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o estabelecido na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma, compete à Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal os montantes a vigorar para cada ano, quanto às referidas matérias tributárias. -----

Face ao exposto, envio a proposta de deliberação para agendar na próxima reunião camarária para os devidos efeitos e submeter à Assembleia Municipal para os mesmos fins.” -----

O presidente da Câmara Municipal explicou que a proposta apresentada correspondia a 1,5%, considerando que, ao coberto com o contrato que têm com o FAM, esta taxa tem de estar no máximo. -----

O presidente da Câmara fez uso da palavra e referiu que a proposta referente ao lançamento de derrama para o ano económico de 2023 fosse 1,5%, considerando que, ao coberto do contrato realizado com o FAM, as referidas taxas tinham de estar no máximo, pelo que a proposta era o limite



máximo de 1,5%. -----
Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por maioria (com 3 abstenções do PSD)”. -----

O presidente da Câmara informou que se tratava de lançar as taxas e os impostos que as câmaras municipais e o poder local têm direito para o exercício das suas atividades, assim como para satisfazer os compromissos com a dívida. Referiu que a Câmara Municipal está sujeita a um Programa de Ajustamento Municipal (PAM) com a parceria do Fundo de Apoio Municipal (FAM) que impõe (por contrato) algumas obrigações, nomeadamente a obrigação de manter no máximo as taxas dos referidos impostos, em virtude do elevado nível de endividamento existente. Prosseguiu dizendo que, segundo o relatório, a dívida encontra-se nos trinta e dois milhões de euros, sendo que o credor tem dificuldade em baixar os níveis de garantia para o pagamento da dívida, não tendo sido possível baixar aqueles impostos e taxas, considerando que se trata de uma exigência do credor, pelo que as taxas estavam no máximo conforme determinado pela lei. Assim, no que se refere ao lançamento de derrama para o ano económico de 2023, a taxa proposta era de 1,5% (um e meio por cento). -----

Colocado à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por maioria (com treze abstenções do PSD). -----

PONTO TRÊS - I. N.º 7749/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA O ANO ECONÓMICO DE 2023 -

Pelo presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----

“Pelo presidente da Câmara Municipal foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----
“A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos; -----

O artigo 106.º do citado diploma legal, estabelece a existência de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) que é determinada com base na aplicação de um percentual sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, para clientes finais na área correspondente do município. -----

Nos termos do preceituado no artigo 123.º da citada Lei, os municípios devem anualmente aprovar o percentual a aplicar o qual em conformidade com o consagrado na alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º, não pode ultrapassar os 0,25%. -----

Da ANMP foi recebida a circular n.º 41/2004, de 09/03/2004, que sugere a aplicação daquele percentual no seu valor máximo, ou seja, os 0,25%. -----

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o estabelecido na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma, compete à Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal a aplicação no ano de 2022, do valor percentual de 0,25% para a Taxa Municipal de Direitos de Passagem no Município de Vila Franca do Campo. --
Nestes termos, e com a fundamentação supra exposta, submeto a proposta de deliberação para agendamento na próxima reunião.” -----

O presidente da Câmara referiu que em relação à taxa de direitos de passagem se tratava da



mesma consideração, com a taxa de 0,25%. -----
Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por maioria (com 3 abstenções do PSD). -----
Colocado à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por maioria (com treze abstenções do PSD). -----

PONTO QUATRO – I. N.º 7751 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2023 -----

Pelo presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----
“Pelo presidente da Câmara Municipal foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----
“A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro veio estabelecer o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. -----
Em conformidade com o consagrado na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e artigo 26.º do citado diploma, e para efeitos da repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios com vista à obtenção do equilíbrio financeiro horizontal e vertical, o município tem direito à participação variável até 5% no IRS, determinada nos termos do artigo 26.º, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS. -----
Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o estabelecido na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma, compete à Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal o montante a vigorar para cada ano. -----
O Programa de recuperação financeira municipal, operado pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) através do Programa de Ajustamento Municipal, consagra a obrigação da elevação à taxa máxima dos impostos municipais. -----
Face ao exposto, submeto a referida proposta de deliberação para agendamento na próxima reunião camarária para os devidos efeitos e submeter à Assembleia Municipal para os mesmos fins”. -----
O presidente da Câmara referiu que se tratava da mesma consideração, pelo que a taxa era de 5%.” -----
Colocado à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por maioria (com catorze abstenções do PSD). -----

PONTO CINCO – I. N.º 8183/2022 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – FIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO DE 2023 -----

Esta proposta de deliberação foi retirada da ordem de trabalhos. -----

PONTO SEIS – I. N.º 6661 – INFORMAÇÃO – RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL -----

Pelo presidente da Assembleia Municipal, foi presente à sessão o Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal. -----
“Pelo presidente da Câmara Municipal, foi presente à sessão o Relatório de Monitorização do



*Programa de Ajustamento Municipal: -----
“Em cumprimento do disposto na cláusula n.º 6 do contrato celebrado a 11/10/2019 com o Fundo de Apoio Municipal, visado pela Seção Regional do Tribunal de Contas em 5/12/2019, junto envio o relatório respeitante ao 3.º trimestre do ano de 2022, para efeitos de agendamento na próxima reunião camarária para conhecimento e submeter à Assembleia Municipal para o mesmo fim.” -----
O presidente da Câmara Municipal fez uso da palavra e referiu que, relativamente ao PAM, tinha havido um aumento significativo das receitas na ordem dos 138% (cento e trinta e oito por cento) e um aumento na despesa na ordem dos 126% (cento e vinte e seis por cento), ou seja, abaixo do que aumentou a receita”. -----*

O presidente da Câmara informou que se tratava de um relatório informativo que relatava os acontecimentos do último trimestre, referindo que o mais significativo estava relacionado com a execução acumulada da despesa, designadamente da despesa corrente. Prosseguiu dizendo que previam (com o PAM) uma despesa corrente à volta dos seis milhões e meio de euros, tendo executado mais do que tal valor, o que se devia exclusivamente ao aumento da receita, ou seja, se a receita da autarquia não tivesse aumentado como aumentou, também não seria possível aumentar outras despesas, pelo que maninham em equilíbrio os compromissos com o FAM, não havendo desequilíbrios com este e tendo transmitido esse equilíbrio ao credor, e que, apesar de terem aumentado a despesa, esta derivou essencialmente do aumento da receita. -----

PONTO SETE – I. N.º 7912/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – REVISÃO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL -----

Esta proposta de deliberação foi retirada da ordem de trabalhos. -----

PONTO OITO – I. N.º 7930/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2023 -----

Pelo presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----
“Pelo presidente da Câmara Municipal foi introduzida a proposta de deliberação: -----
“De acordo com o artigo n.º 46 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), inclui todos os elementos necessários para o orçamento municipal, e, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento para o ano de 2023. -----

Em anexo a estrutura do Mapa de Pessoal no período de 01-01-2023 / 31/12/2023, Organograma da Câmara Municipal de V.F.C. contendo as descrições da gestão dos serviços municipais e o anexo (Suplemento de Penosidade e Insalubridade da Carreira Geral de Assistente Operacional), conforme determina o art.º 24.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (LOE para 2021). -----
Face ao exposto, envio os documentos relacionado com o assunto em epígrafe, para agendar na próxima reunião do órgão executivo e submeter ao órgão deliberativo para efeitos de aprovação.” ---
Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por maioria (com três votos contra do PSD)”. -----



O presidente da Câmara Municipal fez uso da palavra e referiu que a proposta de Plano e Orçamento presente à sessão possuía um volume de receita e despesa igual, o que não era de estranhar considerando que se tratava de um orçamento equilibrado (em que a receita é igual à despesa). Mais disse que o montante global era de treze milhões, setecentos e tal mil euros, derivava sobretudo da receita corrente e de capital das transferências do Estado, mas também dos impostos diretos que rondavam os nove milhões de euros, assim como de investimentos que fariam com fundos comunitários e que teriam uma soma de investimentos de capital de cerca de quatro milhões de euros. Prosseguiu dizendo que as grandes rubricas do orçamento incluíam as despesas com pessoal e com salários, correspondendo a cerca de vinte por cento da despesa alocada para salários, cerca de quatro milhões para investimentos. Mais disse que as obras previstas eram a continuação da ampliação do Parque Industrial (2.ª fase), a realização da obra do saneamento básico de grande parte de Vila Franca do Campo (estimado em quatro milhões de euros), constituindo um grande investimento. Prosseguiu informando que intencionavam recuperar o museu, nomeadamente o edifício tradicional do Museu (defronte do Comando), que se encontra atualmente fechado e que pretendem recuperar. -----

Prosseguiu dizendo que, no orçamento proposto, acataram (na generalidade) as propostas de alteração feitas pelo PSD, havendo uma ou outra que não tinham sido aceites e que estavam justificadas. Mais disse que manteriam o apoio, quer com um fundo especial de solidariedade para os mais carenciados, quer no apoio à habitação através de arrendamento (uma das propostas apresentadas pelo PSD). Referiu que espera poder, a curto prazo, aumentar o valor dos salários, considerando que há necessidade de aumentar o número de colaboradores do quadro da Câmara, matéria a ser analisada e discutida numa futura sessão de Assembleia Municipal. Mais disse que o montante de transferências para as freguesias aumentou, sendo uma proposta do PSD constante do orçamento que foi acatada por ele próprio e pela vereação, e que, apesar de o PSD, na Câmara Municipal, ter votado contra, mantiveram todas as propostas apresentadas pelo PSD e, mesmo assim, os vereadores do PSD votaram contra as suas próprias propostas. -----

O presidente da Câmara prosseguiu referindo que se tratava de um momento muito importante para o concelho, o momento em que se discute e avalia o Plano para o ano de 2023, na medida em que em 2023 será o ano em que se abrirá as candidaturas a fundos comunitários. Mais disse que a Câmara poupou nos últimos anos com a ideia de que quando abrissem os fundos comunitários, a Câmara tenha dinheiro para candidatar as obras referidas anteriormente, bem como uma obra na Senhora da Paz cuja inscrição se situa nos trezentos mil euros no Plano e Orçamento para 2023. Prosseguiu dizendo que, considerando que os vereadores do PSD votaram contra, ficava a dúvida de como a presente assembleia se comportaria relativamente ao Plano e Orçamento. Mais disse que ele próprio e a sua vereação estavam tranquilos porque apresentaram um plano que corresponde às expetativas, necessidades e prioridades do concelho. Referiu que, por um lado, pretendem acabar o Parque Industrial, por outro lado o saneamento básico, a Senhora da Paz, o edifício do Museu e várias outras obras que, não sendo da referida monta, iriam ser realizadas. -----

O presidente da Câmara prosseguiu dizendo que, como todos os membros da assembleia deveriam



saber, a não aprovação do Plano e Orçamento (na assembleia) determinaria que passassem a ser geridos pelo orçamento do ano anterior, ou seja, como nenhuma das obras referidas constava do orçamento de 2022, nenhuma delas poderia ser realizada. Deu como exemplo as transferências para as juntas de freguesia funcionarem em modalidade de duodécimo, referindo que, se no ano anterior têm uma inscrição de cem mil euros, terão que os dividir por doze parcelas, o que equivaleria a oito mil e tal euros por mês. Considerando que são seis freguesias, só poderia transferir mil e tal euros por mês para cada freguesia, até ao final do ano. Mais disse que, mesmo as obras que já constavam do orçamento anterior (como a asfaltagem do Caminho Novo ao fim de Ponta Garça que está orçada em cento e quarenta e cinco mil euros e é para ser executada em três meses) não podem ser iniciadas porque, dos cento e quarenta e cinco mil euros a dividir por doze só resta dez mil euros por mês, e quando a obra é de três meses, findo o período terá trinta e tal mil euros e não os cento e quarenta e cinco mil, ou seja, só poderá fazer a obra em setembro (para ter setembro, outubro e dezembro) de modo a acumular os dez mil euros de cada mês para chegar ao fim e poder executar a obra. Mais disse que é uma situação que acarreta gravíssimos prejuízos para o concelho, que bloqueia a atividade normal do concelho, mas pior, hipoteca o futuro porque o próximo quadro comunitário de apoio, todas as entidades e câmaras municipais estão preparadas para, logo no início, apresentar os seus projetos e, se não apresentarem nenhum e apresentarem dali a dois anos, o mais natural é que vários dos capítulos do programa comunitário já estejam esgotados, não sendo possível à Câmara candidatar-se, porque o programa entretanto esgotou. Mais disse que seria uma oportunidade perdida, mas que naturalmente ali todos eram adultos, crescidos, conhecedoras da realidade e do dia-a-dia dos cidadãos, e que mesmo o Fundo de Emergência Social, que possui um apoio previsto de quarenta mil euros, se tiver de ser dividido por doze meses, só poderão ser atribuídos três mil e duzentos euros por mês, não podendo ser reforçado o orçamento anterior. Referiu que era uma realidade que esperava que todos estivessem conscientes, que todos percebam a responsabilidade que assumem em serem eleitos para servir Vila Franca do Campo, pelo que estaria tranquilo. Mais disse que ele e os vereadores do Partido Socialista apresentaram um Plano e Orçamento que acharam que é o possível e desejável para o concelho. Dada a oportunidade ao PSD de se opor e de apresentar um programa que quisesse, as propostas que apresentaram foram contidas naquele Plano e Orçamento e, naquela medida, estava à consideração dos membros da assembleia o voto que lhes era proposto do Plano e Orçamento para o ano de 2023. -----

O presidente da Mesa da Assembleia informou que gostaria de interromper a sessão por uns minutos para se reunir, em privado, com o presidente da Câmara Municipal e com os líderes de cada bancada partidária. -----

[A sessão foi interrompida e retomada ao fim de vinte minutos] -----

O deputado municipal Hélder Medeiros fez uso da palavra e informou que tinham estado reunidos a analisar algumas questões do orçamento que não faziam propriamente parte do mesmo nem das Grandes Opções do Plano, referindo-se às “Normas Orientadoras de Execução do Orçamento do Município de Vila Franca do Campo para o Ano de 2023”, tendo concluído que tal documento



deveria ser retirado do documento geral, considerando que necessitava de ser aprofundado e aprimorado nos objetivos que se previa que tivesse, pelo que o requerimento que apresentava à Mesa era em nome de ambos os grupos municipais que, por unanimidade, requereram que fossem retiradas as “Normas Orientadoras de Execução do Orçamento do Município de Vila Franca do Campo para o Ano de 2023” da deliberação que foi dada nos termos do ponto oitavo – proposta de deliberação - Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano de 2023”, a qual não terá efeito nem integraria a discussão e votação que se seguiria. -----

O presidente da Câmara informou que o referido documento retirado seria submetido a votação ainda no presente ano de 2022. -----

O presidente da Mesa da Assembleia colocou o requerimento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

O deputado municipal Emanuel Santos fez uso da palavra e disse que, como legítimo representante da freguesia de Água d’Alto, e relativamente ao orçamento para 2023, destacou o projeto de ligação da Rua da Cruz à Rua de São Lázaro, aproveitando para esclarecer os habitantes da freguesia de Água d’Alto que a realização da referida obra é importante, considerando que, como é do conhecimento geral, a Rua da Cruz é uma rua que não tem saída para norte e que, apesar de ser uma via da responsabilidade do Governo Regional, é de premiar que a Câmara Municipal dê o primeiro passo, face à inação do Governo Regional. Mais disse que aquele assunto tinha sido discutido recentemente numa reunião camarária e que o vereador municipal Pedro Costa comentou que o presidente da junta de freguesia de Água d’Alto já tinha sido alertado para a situação (o que confirmava), mas que ele se esqueceu de referir que achava que o presidente da junta de freguesia tem feito diversos esforços junto do Governo Regional, até agora sem sucesso, e sendo um problema que se arrasta há vários anos. Mais disse que a junta de freguesia possui várias evidências, incluindo na Assembleia Municipal, que já tinha abordado o assunto, sendo um problema que é preciso resolver e que ainda bem que havia anuência entre todos. Prosseguiu dizendo que, no que respeitava ao problema de abastecimento de água da freguesia de Água d’Alto (principalmente na zona da Carreira), referiu que se trata de uma zona com falta de pressão, sendo um problema antigo, e que finalmente havia um reforço de abastecimento (no orçamento). Exemplificou que quem possui uma máquina de lavar por vezes depara-se com o esquentador que não liga (por falta de pressão) e que, com aquele reforço de abastecimento, a situação ficará resolvida. Por fim, referiu que se encontrava igualmente presente no orçamento a requalificação do jardim do aldeamento. Mais disse que a junta de freguesia se candidatou no ano anterior junto da ASDERP, não tendo sido possível pela ausência de verbas, congratulando a Câmara Municipal pela tomada de posição de colocar o projeto no seu orçamento, considerando que, de facto, se trata de uma zona muito interessante da freguesia onde será construído um pequeno miradouro e zona de estar, e assegurando que não terá churrasqueiras. Relembrou que nas eleições anteriores o PSD tinha prometido construir uma churrasqueira na referida zona – o qual foi sempre contra – considerando que lá existem diversas plantas endémicas e que se trata de um local para disfrutar e não incomodar com barulho quem lá vive. Mais disse que seriam construídos mesas e bancos, um pequeno



miradouro, que as espécies endémicas são para manter, que o embelezamento é para continuar. Reforçou que é contra churrasqueiras e que manterá a sua opinião. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros fez uso da palavra e começou por dizer que chegava a uma determinada altura em que tinham de olhar para o orçamento de outra forma, e que, na realidade, os orçamentos apresentados nos últimos dez anos não fugiam muito da dinâmica que estava a ser feita, não sendo algo mau ou bom, mas que era preciso mais. Prosseguiu dizendo que não podiam continuar a aceitar “obras aqui e ali”, ficando por tal, e achando que, tendo em conta a gestão do presidente da Câmara (e sua equipa), que ele próprio aplaudiu durante vários anos, esperava que a determinada altura as benesses da gestão acabassem por reverter de uma forma muito mais efusiva a favor de Vila Franca do Campo. Referiu que esperava que as freguesias não se contentassem com “obras de migalhas”, que houvesse mais energia, mais ímpeto, “fazer mais e prometer menos”. Referiu que observava duas velocidades: a velocidade dos presidentes de junta que “fazem das tripas, coração” para conseguirem fazer o pouco que têm e que esperava que o executivo, dotado de condições de poupança, os apoiassem muito mais e não retirassem financiamento como se verificava. Referiu que, quando há mais dinheiro, é necessário fazer uma repartição dele para onde realmente mais importa, pelo que interessa muito mais transferir aqueles montantes para as juntas de freguesia - independentemente da cor partidária – porque, na realidade, não se estava a apoiar nenhum partido, mas sim as pessoas que também votaram no presente executivo ou na oposição, pelo que há falta de energia, uma letargia continuada. Referiu que ouvem falar do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e dos “murros” do PRR que passarão a ser inexistentes, havendo determinadas obras que, se não forem executadas através do PRR, não poderão ser executadas, porque nunca a Câmara Municipal vai ter capacidade de investimento de as concretizar, sendo que, se não aproveitarem (algo que já não aproveitam) (...) -----

O presidente da Mesa da Assembleia pediu ao deputado Hélder Medeiros que concluísse a sua intervenção. -----

O deputado Hélder Medeiros perguntou se algum dos seus colegas deputados lhe podia ceder o seu tempo de intervenção, o que se verificou. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros prosseguiu dizendo que a variante Ponta Garça – Vila Franca do Campo só podia ser concretizada com o PRR, não vendo a Câmara Municipal, em espaço nenhum, a fazer nenhuma exigência pelo PRR para Vila Franca do Campo. Prosseguiu dizendo que, infelizmente, constatou o nome da Câmara Municipal presente em diversos noticiários, na época da pandemia, a falar sobre a mesma como se fosse especialista na matéria, mas que pedir e exigir mais por Vila Franca do Campo (no espaço mediático) era algo que continuava a não observar. Mais disse que, embora nunca tenha havido um executivo tão bem preparado como o atual, a todos os níveis, a verdade é que tal facto não tem constituído uma vantagem para os vila-franquenses. Relembrou que Vila Franca do Campo perdeu quase 9% (nove por cento) da sua população nos últimos dez anos e que as exigências, para a habitação, já existiam desde sempre, considerando que Vila Franca do Campo está extremamente atrasada. Prosseguiu dizendo que a única intervenção que seria executada esteve muito tempo parada na Câmara para licenciamento



sem fim. Mais disse que as pessoas estão desesperadas por habitação, pelo que há razão para eles não terem começado a ajudar muito antes, estando tudo por fazer, sendo que esperava que o orçamento apresentado fosse o orçamento de uma retoma económica, pelo que lhe custava estar ali “entre a Lagoa e a Povoação” (que estão notoriamente a crescer) e sentir que Vila Franca do Campo está a ficar para trás, por as “coisas não andarem”. Mais disse que não era pela falta de dinheiro que não se avançava, pois havia dinheiro derivado das poupanças de receber mais impostos e transferências de capital relativamente ao que era expeável, mas também quando se apresentava um orçamento “onde se vai receber cem, mas também se irá fazer cem”, na realidade recebia-se cento e trinta (como aconteceu em 2022), mas que em vez de se fazer cem só se fazia cinquenta e cinco ou sessenta. Referiu que os orçamentos não são executados, pois se a execução dos orçamentos apresentados rondasse os oitenta ou noventa por cento, haveria muito mais rendimento para Vila Franca do Campo do que o atual. Mais disse que o orçamento apresentado em dezembro é um, mas que em fevereiro ou março já foi retalhado sete ou oito vezes, referindo que o orçamento de 2022 foi alterado treze vezes, sendo necessário uma estratégia. Repetiu que o presente executivo tem excelentes capacidades para delinear uma estratégia, mas que tarda em apresentar uma estratégia de desenvolvimento para os vila-franquenses e considerando que não há interesses partidários no assunto. Referiu que se aproxima uma grande crise e que há necessidade de se fazer muito mais, considerando que aquele era o “orçamento do meio do mandato” e que era igual aos outros anteriores, sendo que esperam mais do executivo por considerar que “estão a perder o barco”, que quem tem obrigação de fazer muito mais, não o faz, que os técnicos da Câmara são a duplicar (dois arquitetos, dois arqueólogos), pelo que, quando há dinheiro e recursos humanos, tal tem de ser sinónimo de mais, mas que na realidade continuava tudo igual há anos. Mais disse que pensava que deviam rever a maneira de agir, ter uma estratégia de desenvolvimento para o concelho e, efetivamente, rever as prioridades, porque o turismo não é prioridade, as empresas e os empresários não são prioridade, e que se os vila-franquenses são uma prioridade, então têm de fazer mais por eles, porque, na realidade, são migalhas que estão a cair. -----

O presidente da Câmara referiu que achava que o deputado municipal Hélder Medeiros apresentaria propostas para que, confrontando o presidente da Câmara, pudesse afirmar que as suas propostas eram melhores do que as do presidente. Referiu que o deputado municipal Hélder Medeiros é vago, abstrato, não concretizou uma única vontade de explicar de que forma o concelho deveria evoluir. Pediu ao deputado Hélder que apresentasse alguma proposta, de modo que pudessem observar a diferença entre o PS e o PSD, porque o documento entregue pelo PSD com propostas para o orçamento era composto por “migalhas” que foram todas incluídas no orçamento. Pediu novamente (ao deputado Hélder) que apresentasse um projeto para Vila Franca do Campo, que revertesse a favor dos empresários, e que, se fosse bom, que o aceitaria. Referiu que já tinha observado colegas (do deputado Hélder) a apresentar propostas no momento, pelo que as aceitava na mesma altura. Mais disse que falar e nada dizer é que não valia a pena. Prosseguiu analisando o que o deputado Hélder Medeiros tinha afirmado, nomeadamente que este esperava que o executivo apoiasse mais as freguesias. Quanto a isto, o presidente da Câmara disse que se reúne com todas as juntas de



freguesia, que as questiona sobre quais os projetos que gostariam que fossem apoiados, e que em 99% dos casos o presidente da Câmara responde favoravelmente, apenas dando uma resposta negativa quando, em outubro ou novembro, lhe requerem mais dinheiro e a verba já se encontra esgotada. No entanto, disse, qualquer projeto (como Ponta Garça, por exemplo), onde há vontade de ampliar o cemitério, seria executado, embora não estivesse previsto no orçamento, pelo que fariam uma alteração, alterações que são executadas com o conhecimento de todos os deputados. Prosseguiu citando o deputado Hélder Medeiros quando se referiu a “aproveitar o PRR”, afirmando que o deputado deveria desconhecer absolutamente de que se trata o PRR. Prosseguiu explicando que o PRR possui regras e que os únicos apoios que as câmaras municipais se podem candidatar são os relacionadas com habitação, os quais a Câmara Municipal se candidata, sendo que Vila Franca do Campo e Nordeste foram as primeiras câmaras municipais dos Açores a ter a Estratégia Local de Habitação aprovada, que já adquiriram habitações, que já receberam dinheiro do IHRU, que estão a fazer benfeitorias no Parque Habitacional com algumas dezenas de milhar de euros, executando a estratégia definida, e que o contrato (de três milhões, novecentos e cinquenta mil euros) para a construção de vinte e oito apartamentos, estava com o IHRU aguardando aprovação, sendo essa a razão para não constar no Plano e Orçamento apresentado. -----

O presidente da Câmara prosseguiu referindo que não gostava de “fazer espalhafato”, não sendo capaz de ir para a comunicação social falar mal do Governo porque tal ação lhe traria votos políticos. Mais disse quando tem de falar com o Governo Regional, fá-lo em reuniões privadas com o senhor presidente do Governo Regional, ou com qualquer secretário regional, mas que quando o deputado Hélder afirma que a construção da variante de Ponta Garça pode estar incluída no PRR, está enganado porque todas as obras que podem ser candidatas ao PRR têm previamente de estar aprovadas no próprio PRR, sendo que o PRR já se encontrava aprovado há muito tempo, razão pela qual a obra da variante não consta do mesmo. Prosseguiu explicando que não podia exigir, ao Governo Regional, que faça a variante de Ponta Garça, quando sabe que aquela obra não consta do PRR, razão pela qual não pode pedir ao governo que a execute. -----

O presidente da Câmara prosseguiu dizendo que o deputado Hélder Medeiros tinha mencionado o apoio às empresas e prosseguiu explicando que não se pode dar apoios diretos às empresas, pois tal é ilegal. Mais disse que o que estavam a fazer (e bem) era a ampliação do Parque Industrial – ampliação dirigida às empresas, naturalmente. Referiu que iriam terminar a primeira fase do Parque Industrial e que a segunda fase só seria executada se o orçamento, ali em discussão, fosse aprovado, reforçando a ideia de que se não fosse aprovado, não poderiam concluir a ampliação do Parque Industrial, pelo que esta obra ficaria parada por não se poder candidatar à segunda fase, derivado de não constar do orçamento do ano anterior. -----

O presidente da Câmara referiu que as transferências financeiras do orçamento de Estado, para as câmaras municipais, variam consoante a densidade populacional, a área geográfica dos municípios e a atividade económica. Mais disse que, no último orçamento de Estado, duas câmaras municipais açorianas tiveram aumento das transferências sendo que Vila Franca do Campo foi uma das contempladas. Mais disse que o concelho não aumentou a sua área geográfica e perdeu população,



sendo que o aumento das transferências se deveu ao facto de a atividade económica do Vila Franca do Campo ter sido superior à dos outros concelhos. Referiu que estava a constatar factos e não inventando, pelo que, quando o deputado municipal Hélder Medeiros afirmava que os outros concelhos estão “à frente” de Vila Franca do Campo, o presidente ficava contente por saber que os outros estão avançando, mas que Vila Franca do Campo também está avançando, comprovado pelo aumento das transferências financeiros do orçamento de Estado, derivado de os números concretos da atividade económica do concelho terem determinado o aumento das receitas. -----

Repetiu que não pode executar obras pelo PRR quando as mesmas não são contempladas pelo PRR, que votou contra o orçamento da região (apresentado no Conselho de Ilha) e que o deputado Hélder tinha sido um dos que votou favoravelmente, aprovando apenas cento e cinquenta mil euros para Vila Franca do Campo, sendo ele que teria que explicar (aos vila-franquenses), porque votou a favor quando lhe foi dada a oportunidade de reivindicar mais para Vila Franca do Campo, deduzindo que o teria feito por obrigações partidárias, não encontrando outro possível argumento, considerando que Lagoa, Vila Franca do Campo e Povoação têm um orçamento de menos de quinhentos mil euros, de um orçamento com um total de duzentos e quarenta milhões para toda a ilha de São Miguel, tendo sido essa a razão para o presidente da Câmara ter votado contra, por estar a defender os interesses dos vila-franquenses, e que se o deputado municipal Hélder Medeiros votou favoravelmente o orçamento regional no Conselho de Ilha, deveria ter uma explicação para dar aos cidadãos, considerando que votou favoravelmente um orçamento (num Conselho de Ilha) que não prevê nenhuma das obras que o deputado municipal Hélder Medeiros estava agora a reivindicar, mas que queria que o presidente da Câmara fosse reivindicar ao Governo. Repetiu que o deputado Hélder votou a favor, o presidente da Câmara votou contra, e que o deputado Hélder pede agora que o presidente vá reivindicar ao Governo, considerando que foi ele (e os representantes da Assembleia Municipal) quem foi bajular no Conselho de Ilha. O presidente da Câmara afirmou que é necessário que haja coerência na argumentação, algo que o deputado municipal Hélder Medeiros não estava a ter, não apresentando um projeto que fosse, mas afirmando que a Câmara “não fazia nada e que era sempre tudo igual”. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros referiu que o presidente já se encontrava na Câmara Municipal há vários anos (como presidente da assembleia municipal em 2009 e como presidente de câmara há quase quatro mandatos, sendo que o que não consta do PRR não constou em lado nenhum, e afirmando que nunca alguém viu o presidente exigir algo durante os anos todos, achando que o problema não era o que não se fazia no momento, mas tudo o que não se fez durante os anos anteriores, ouvindo sempre a mesma desculpa consecutivamente com o passar dos mandatos. Relativamente à questão relacionada com o orçamento apresentado no Conselho de Ilha, referiu que se tratou de um orçamento previsional, considerando que não foram votar o orçamento, mas sim dar pareceres sobre uma proposta de orçamento, que foi discutida (inclusivamente) na Assembleia Regional um mês mais tarde, sendo que foram abertas rubricas para várias obras, nomeadamente a execução do Loteamento dos Foros, a remodelação do Centro de Saúde, as obras no porto de pescas, o novo quartel de Bombeiros, tudo obras para Vila Franca do Campo. Prosseguiu dizendo



que se o presidente da Câmara lhe dissesse que o Governo fizesse o que o presidente da Câmara fazia, que poderiam estar de acordo, que é o que acontecia com as ideias e propostas que o presidente da Câmara pedia ao PSD ao longo dos anos. Mais disse que o presidente da Câmara (e o seu executivo) tinham sido eleitos para governar, ter ideias e gerir, mas que o presidente da Câmara não queria gerir, mas sim pedir ideias aos outros quando é o presidente que deveria gerir e administrar. Mais disse que eles (PSD) iam dando ideias e propostas ao longo dos anos e que o presidente da Câmara ou as colocava “no lixo” ou então fazia o truque de “pegar em coisinhas, abrir novas rubricas, colocar cem euros numa, dez mil euros noutra” e que tal não faria rigorosamente nada pois, no fim, não seriam executadas. Mais disse que as ideias da oposição só valiam para ser usadas contra ela própria e que não havia nenhuma ideia (da oposição) que fosse efetivamente executada. Prosseguiu dando como exemplo a sessão anterior da assembleia municipal na qual o presidente da Câmara informou que apresentaria um projeto de promoção do concelho, mas que acabou por pedir que outros dessem as ideias. Mais disse que foram apresentadas propostas por empresários e (inclusive) pela deputada municipal Teresina Teixeira, mas que no fim, o presidente disse que o turismo não era uma prioridade, mas sim as pessoas, ou seja, que o presidente da Câmara não tinha nada para apresentar, pedia as ideias aos outros, os outros fornecem as ideias e, no fim, diz que não são prioritárias. Prosseguiu dizendo que se cansou de dar ideias ao longo dos anos, mas que ninguém quer saber delas, razão pela qual não vê razão de fornecer ideias, considerando que o executivo não quer saber delas e que, quando as prevê, abre uma rubrica, coloca lá “meia dúzia de trocos” para dizer que assumiu a ideia, mas depois não faz uso delas. Referiu que perdeu a conta de quantas propostas dele foram rejeitadas, à exceção do minibus, considerando que, naquele caso, a necessidade é tão elevada que ficava mal (ao presidente da Câmara) não a aceitar e avançar. -----

O presidente da Câmara Municipal referiu que possuía uma ideia diferente daquilo que deverá ser uma oposição construtiva e não oposição destrutiva, afirmando que nunca deixou de dar ideias quando se encontrou na posição de oposição, de modo que quem estivesse a ouvir conseguisse entender qual a diferença entre ser oposição e ser “poder”, para que os cidadãos escolham melhor numa futura oportunidade. Mais disse que o deputado Hélder Medeiros precisava de passar pela experiência do poder executivo para entender a diferença entre as palavras e os atos, e que o deputado Hélder desconhecia que estavam a atravessar uma conjuntura difícil, que os fornecimentos não existem para comprar e exemplificando que, três anos antes se quisesse adquirir um minibus, que o poderia fazer em dois meses, mas que no momento presente, teriam que esperar até um ano e meio para o receber, e referindo que disse anteriormente que tinha vários investimentos na MUSAMI (no valor de cerca de noventa milhões de euros) cujos prazos estavam todos a ser prorrogados, derivado de falta de mão-de-obra, falta de materiais, pelo que têm de se conformar com a conjuntura que estão todos a viver. -----

O presidente da Câmara prosseguiu dizendo que as propostas que o PSD apresentou não eram “migalhas”, considerando que a soma total das propostas aceites era de quatrocentos e oitenta e cinco mil euros, mas que se apresentassem obras com valores de milhões, o presidente da Câmara



diria que quem estava a governar era ele e não os outros, considerando que não seria possível conter tal montante. No entanto, disse, que se tivessem uma ideia concreta que fosse útil, fértil e a favor dos vila-franquenses, que a aceitariam. Mais disse que “lida com a democracia” há mais de vinte anos, tendo estado no lado da oposição, também, e que o que concluía era que o PSD não quis fornecer mais propostas – um direito seu – e que as que forneceram foram aceites pelo presidente da Câmara. Referiu que ainda acreditava que a compra de um minibus era um erro, mas que aceitou a proposta, sendo aquele o espírito da Democracia, porque os deputados do PSD podiam estar a ver algo melhor que o presidente da Câmara - estando eles a discutir algo (minibus) no valor de cento e trinta mil euros e não no valor de três ou quatro milhões, que é algo realizável, mas que continuava a acreditar que se tratava de um erro e que esperava para ver, na prática, se iria funcionar. Mais disse que acredita que era preferível investir aquele dinheiro noutras modalidades de transporte que ajudasse os clubes mais concretamente. -----

O presidente da Câmara prosseguiu referindo as obras estruturais que fizeram nas encostas, nomeadamente na Avenida Vasco da Silveira e na praia do Corpo Santo. Fez referência a um apoio para a Câmara Municipal das Velas poder fazer obras para suportar uma encosta, não tendo ficado admirado considerando que o senhor secretário do ambiente chegou a acordo com o senhor presidente da Câmara Municipal de Velas (a única câmara do CDS), sendo tudo transparente. Mais disse que, no caso das obras nas encostas de Vila Franca do Campo, tais obras foram realizadas com dinheiro da Câmara Municipal, obras estas da competência do Governo Regional, mas que não peçam para fazer obras em todas as encostas do concelho, considerando que não possuem mais verbas para tal. -----

A deputada municipal Sara Botelho, no uso da palavra que lhe foi conferida, disse que, em bom rigor, não competia ao PSD apresentar propostas estruturantes, sendo uma competência da Câmara Municipal, mas que o fizeram porque são uma oposição construtiva. Prosseguiu dizendo que, na realidade, as prioridades políticas, aquilo que é definido como estratégia e prioridade política, trata-se de uma opção da Câmara Municipal, sendo definido por esta. Mais disse que o orçamento não era deles (oposição).-----

O presidente da Câmara Municipal respondeu que as suas opções estratégicas do orçamento estavam muito bem definidas: ampliação do Parque Industrial e o saneamento básico (que nunca foi feito e se trata de uma obrigação legal). Mais disse que a única dúvida que poderia constar seria sobre se haveria de construir um jardim ou de recuperar o edifício do museu, tendo achado que seria mais importante recuperar o museu, considerando que o outro edifício só possui duas ou três salas e que existe muito material em armazém para ser exibido, tendo sido essa a única dúvida que tivessem. Mais disse que valorizava muito a cultura e aquele que é o passado e a história de Vila Franca do Campo, achando que os museus cumprem bem essa função. Prosseguiu dizendo que ficava admirado quando lhe dizem que não tem estratégia, considerando que iriam investir quatro milhões de euros em 2023, sendo aquelas as grandes obras propostas. Mais disse que havia outras obras (referindo-se ao que tinha sido dito pelo presidente da Junta de Freguesia de Água d’Alto, a ligação entre a Rua da Cruz e a Rua de São Lázaro) que tinha vindo a propósito de uma proposta do



PSD, que este tinha proposta abrir de São Lázaro para a via rápida, algo que contrapuseram dizendo que muito melhor seria abrir da Rua da Cruz para a Rua de São Lázaro, considerando que pela outra via, já tinham tentado chegar a acordo com os proprietários, sem sucesso, pelo que teriam que ser expropriados. Mais disse que se fosse para expropriar, não teriam dinheiro para o fazer, e que não se avançou porque alguns proprietários não quiseram ceder o terreno para se poder construir a via. Considerando que já sabiam que, para aquela zona, teria de ser através de expropriação e que não teriam capacidades de o fazer, decidiram fazer a outra via, que é muito importante, mas que partiu de uma proposta do PSD e que, em alternativa, a Câmara Municipal apresentou outra, com o mesmo espírito. -----

O deputado municipal António Braga, no uso da palavra que lhe foi conferido, referiu que a Câmara Municipal deveria ter tempo para criar uma rubrica que contemplasse uma via que passasse, pelo menos, a Carreira, e que, no futuro, quando houvesse mais dinheiro, que avançasse com o restante. Referiu que, vinte anos antes, outras câmaras municipais tiveram dinheiro para fazer aquelas obras e não o quiseram fazer. Referiu que se recordava (após o 25 de abril) que havia cem mil contos dados, que se gastaram quarenta mil contos e que quem estava à frente das instituições, em Ponta Garça, no ano seguinte deu ainda menos dinheiro porque não foram capazes de gastar mais antes, tendo Ponta Garça “ficado à deriva”, considerando que o caminho está cheio de buracos, mas que entendia que seriam cobertos em 2023, se o orçamento fosse aprovado. Prosseguiu dizendo que se falava muito nas empresas, mas que nunca se falava numa empresa agrícola, pois são estas que alavancam a economia vila-franquense, bastando ir às Finanças. Referiu conhecer empresários agrícolas que, dois ou três anos antes, se levantavam e saíam de casa para ir perder dinheiro. Disse que eram considerados oitenta e cinco por cento para despesas e o restante era lucro, pelo que questionavam como é que era possível terem prejuízo. Pediu para irem verificar, nas Finanças, quem é que paga mais, se são as empresas [ditas comuns] ou se são as empresas agrícolas. Referiu que algumas ajudas foram dadas diretamente pelo presidente da Câmara Municipal (para caminhos que não são de ninguém, por exemplo), mas que o presidente da Câmara nunca lhe disse, em momento algum, que não teriam o que eles pediam, realçando o facto positivo de ter um presidente e um vereador municipal que ajudam naqueles assuntos. Referiu que uma cooperativa é, por vezes, como uma casa de caridade, dando como exemplo uma instituição que peça para tirar uma fotocópia, a cooperativa tira, estando sempre disposta a tudo. Terminou reforçando a ideia de que as empresas agrícolas contribuem muito para o concelho. -----

O presidente da Câmara Municipal referiu que, em governos anteriores, tinham feito as escolas (com investimentos de muitos milhões de euros), fizeram o porto de pescas, fizeram o acesso ao porto de pescas, fizeram a creche e o jardim de infância (faltando apenas a parte intergeracional), mas que com este governo apenas tinham cento e cinquenta e cinco mil euros, sendo essa a diferença. Prosseguiu dizendo que o deputado Hélder Medeiros tinha feito referência aos apartamentos dos Foros, e que sim, tal se tratava de PRR, não tendo sido aquilo o que votaram, pois o que votaram (no Conselho de Ilha) foi o orçamento regional onde não consta o PRR. Mais disse que o PRR tem a Habitação, razão pela qual também não constava do orçamento regional, mas que a poderiam



colocar para “enganar”, mas que não era dinheiro da Região, mas sim dinheiro que provinha do PRR. Ao deputado António José, o presidente da Câmara disse que tinham sido convocados, pelo Governo Regional, para indicar os projetos que achavam ser prioritários para Vila Franca do Campo, sendo que naqueles projetos estava lá a variante do Caminho Novo até a “ponte torta”, ou seja, para ultrapassar a questão da ribeira do Crancha. Referiu que concorreram a fundos comunitários para executar a variante, estando candidatada, mas que não podem fazer obras de tal envergadura sem recorrer a fundos comunitários, pois custam milhões de euros que a Câmara Municipal não possui, mas que está lá por considerarem que é uma proposta prioritária. Mais disse que era difícil dizer o que era mais ou menos prioritário, mas que, por uma razão de segurança, se houvesse alguma derrocada na ribeira e impedisse a passagem normal, a freguesia ficaria dividida em duas, pelo que teriam de ir pela Gaiteira para poderem ir para Vila Franca, sendo isso que causou a prioridade que lhes fez perceber que aquela variante é mais importante do que qualquer outra. Mais disse que mantinham aquela proposta para os fundos comunitários, não estando presente no orçamento porque tinham de aguardar que o programa dos fundos comunitários abrisse, pelo que se disserem que sim, avançarão logo com a execução da obra. -----

O deputado municipal Alexandre Duarte, no uso da palavra que lhe foi conferido, referiu que sempre observou várias qualidades no presidente da Câmara, mas que ir ali e tentar desconstruir o que eles proferiram noutros órgãos não lhe ficava bem. Mais disse que o presidente da Câmara disse que tinha acolhido todas as propostas exequíveis por parte da vereação do PSD, mas que, ao tentar desconstruir o documento, não encontrava os valores elencados pelo presidente da Câmara, questionando o presidente da Câmara sobre como tinha chegado aos quatrocentos e tal mil euros. -- O presidente da Câmara respondeu que não falou numa proposta do PSD referente à reparação da rede viária, porque estavam inscritos trezentos e noventa mil euros, algo que já estava inscrito, não sendo uma proposta nova. Prosseguiu dizendo que, para a sinalética, seriam cinquenta mil euros, para o Tagarete seriam trinta mil euros, mais trinta mil euros para Água d’Alto, cinquenta mil euros para as juntas de freguesia e, da rede viária, não estavam os duzentos e quarenta mil, mas sim cento e cinquenta mil, passando a estar trezentos e noventa mil euros. Terminou referindo que as sete propostas acolhidas totalizavam quatrocentos e oitenta e cinco mil euros. -----

O deputado municipal Alexandre Duarte referiu que, quando questionavam o documento, tal também estava relacionada com a execução dos documentos anteriores, que nunca tinham sido executados como deveriam ser, pois se assim não fosse não teriam tantas revisões. Mais disse que quando chegasse a fevereiro o presidente da Câmara faria outra revisão e depois outra alteração, sendo algo que eles (e os cidadãos) já esperam que aconteça. -----

O presidente da Câmara Municipal, fazendo referência à obra da praia do Corpo Santo, questionou o deputado Alexandre Duarte se este achava que o presidente tinha algum gosto que a conclusão de obra se atrasasse e se seria responsabilidade sua que a obra se atrasasse, não tendo vontade nenhuma que as obras se atrasem. Questionou se o minibus estivesse disponível para compra e entrega, se achava que não o queria receber no dia a seguir. Referiu que não tinha nenhum gosto em não executar e que gostaria de poder executar tudo no dia seguinte, mas que essa é a diferença



entre a teoria e a prática. Pediu para deixar acabar o ano e que verificasse qual tinha sido a execução do Governo Regional e que comparasse com a execução da Câmara Municipal, achando que não estaria longe. Mais disse que havia razões excepcionais que determinavam aquele comportamento e que não era por não querer, mas sim por não poder, considerando que não tem interesse que o dinheiro estivesse parado no banco. Mais disse que o dinheiro que está no banco está lá para investimentos futuros e que o que os deputados do PSD propuseram foi que se abatesse na dívida, o que faria com que ficassem sem dinheiro para fazer os investimentos. Exemplificou uma pessoa que pede empréstimo para uma casa: se o juro é barato, mantém-se a pagar devagar; se o juro aumenta, tenta pagar o mais depressa possível para não pagar muito dinheiro de juros. Referiu que o juro (para Vila Franca do Campo) se situa nos 1,75% e que dali a dois anos baixará para 0,90%, tendo sido isso que foi negociado, pelo que não se justifica fazer pagamentos antecipados, justificando-se sim fazer investimentos para desenvolver Vila Franca do Campo (...). -----

O deputado municipal Hélder Medeiros afirmou que o presidente da Câmara aumentou o endividamento. -----

O presidente da Câmara disse que não aumentaram o endividamento e que internalizaram as empresas municipais. Mais disse que tinha gosto que o presidente da Mesa da Assembleia abrisse uma exceção para que pudessem debater o tema, fazendo referência ao que o deputado municipal Hélder Medeiros tinha dito sobre terem aumentado o endividamento, pedindo que este dissesse onde e com que banco ou instituição. -----

O deputado municipal Rui Santos, no uso da palavra que lhe foi conferido, questionou sobre a necessidade de construção do parque de estacionamento sito à Rua Nova (Ribeira Seca), aproveitando para reforçar a necessidade de execução de tal obra, considerando todos os inconvenientes atuais. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu que tinha tido oportunidade de se reunir com o deputado Alexandre – atual presidente da Junta de Freguesia de Ribeira Seca – e de lhe ter explicado o que aconteceu. Mais disse que acharam que se tratava do caso de eles apenas chegarem ao local, colocarem asfalto, um muro de proteção, e ficaria resolvido, mas que o vizinho da casa de cima referiu que tinha a fossa das outras casas, da referida rua, a passar no seu quintal, pelo que era necessário tirar a fossa do seu quintal e passar para a fossa da Câmara, concluindo que o senhor recebia as águas residuais dos vizinhos todos da rua, pelo que considerava que o senhor tinha toda a razão em se queixar. Prosseguiu dizendo que, como iam executar a obra, foi necessário fazer um projeto especial de topografia, engenharia, de modo a colocar a fossa do vizinho de cima por baixo do parque de estacionamento, tendo sido essa a razão para não se ter executado logo a obra. Mais disse que não entende como é que alguém um dia aceita que, na sua casa, façam fossas dos outros, mas que, quando encontram uma situação dessas, têm de a resolver, sendo o que estava a acontecer na Ribeira Seca. Referiu que esperava concretizar a obra em 2023 se o orçamento fosse aprovado, pois se não fosse, todas as obras com duodécimos só poderiam ser executadas no fim do ano, por não terem dinheiro para pagar ao empreiteiro no



princípio do ano, conforme explicou, e a qual a vereação do seu partido irresponsavelmente votou contra na Câmara Municipal. -----

Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por maioria (com dez votos contra do PSD e três abstenções do PSD). -----

O deputado municipal António José, no uso da palavra que lhe foi conferido, deu os parabéns e agradeceu ao presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, Rui Amaral, pelo trabalho que tem feito pelo bem da freguesia e dos ponta-garcenses, tendo colocado cores políticas “de lado” e com pena de os outros deputados não terem tido a mesma atitude, e esperando que tivessem uma explicação para tal. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“Os deputados eleitos pelo Partido Social Democrata assumem e clarificam o seu sentido de voto negativo quanto à votação do orçamento camarário a vigorar para o ano de 2023, fundamentado não só nas conclusões que retiram da apreciação daquele documento, mas também da velada inércia e incapacidade do executivo em promover o desenvolvimento e planeamento estratégico que a Vila merece e exige. -----

Com efeito, o orçamento previsional que contempla o segundo ano de mandato do atual executivo, demonstra cabalmente que a palavra dada aos vila-franquenses nas promessas eleitorais de intervenção e aposta no desenvolvimento do município nunca foram verdadeiras e que não têm valor algum para o executivo socialista. -----

Chegados ao orçamento que determina as opções para a metade do mandato, não se vislumbram quaisquer empreendimentos ou políticas prometidas aos munícipes, antes pelo contrário, a mesma tez dos últimos 10 anos em que Vila Franca do Campo não cresce, a média salarial está pouco acima do salário mínimo regional, a que segue a perda contínua de população, que se cifra na última década em quase 9%. -----

Na Vila dos últimos 10 anos, não há criação de emprego, não há captação de investimento, o turismo não é uma prioridade, a habitação é uma miragem, apesar de consecutivamente a oposição exigir que ao longo dos passados mandatos haja investimento sério na área, o que tarda em acontecer. -----

Na realidade, o investimento em habitação em Vila Franca que se alcança como mais próximo de ser edificado é a reabilitação dos Foros Solmar, contudo, naquilo que a Câmara Municipal intervém, fá-lo de forma de forma deficiente, atendendo ao tempo em dura o licenciamento da obra, que vai em meses. -----

Diz o executivo que a sua prioridade são os Vila-franquenses e na realidade é bonito de se o dizer, dá bons título e adoça toda e qualquer promessa ou frase de ocasião dita por quem tem a obrigação de fazer mais e prometer menos. -----

No ano transato, viabilizamos o orçamento, as grandes opções do plano, bem como todas as alterações e revisões ao orçamento que nos foram apresentadas. Quisemos com isto dar todas as condições ao executivo para nos seus próprios termos e nas condições que elegeu adotar uma estratégia global que promova o crescimento económico, a criação de empresas e de emprego, a sustentabilidade do apoio social aos cidadãos que dele mais precisam, bem como a promoção da nossa Vila, atraindo mais visitantes e com eles aumentar o nosso comércio. -----

Nada disto sucedeu, tal como nada disto ocorreu na última década e ainda esperamos por este orçamento, que esperávamos que fosse o orçamento que iria colocar Vila Franca na rota



ascendente do crescimento. -----
Ao contrário, este orçamento é um decalque, quase cópia exata do anterior e igual a tantos outros passados, em que o que nos é apresentado em dezembro, a meio do ano já foi alterado 7 ou 8 vezes, sendo que o orçamento em curso foi alterado pelo menos em 13 situações. -----
Tal acontece porque o executivo não tem uma estratégia orçamental, de investimento na Vila, governando à vista, e alterando rubrica após rubrica como se uma manta de retalhos estivesse a coser. -----
Pelo contrário, diz o executivo ter estado a fazer poupanças, como que a justificar dessa forma nada de relevante fazer. -----
O orçamento que é apresentado desde há muitos anos, segue esta fórmula, espera-se receber 100% e investir na vila 100%. -----
Ao longo dos anos, o município tem recebido muito mais impostos pagos pelos Vila-franquenses do que se perspectivava e o município ao invés de devolver em investimento esse montante ou amortizar a dívida ao nosso credor FAM, nada faz. -----
Mas também poupa o município porque promete fazer 100%, mas apenas faz 60%. -----
Na realidade poupa o executivo pelo que recebe a mais e muito mais pelo que não faz. -----
Os anos passam e as dificuldades das empresas e das pessoas vão aumentando, os concelhos com os quais ladeamos (Povoação e Lagoa) vão prosperando e melhorando os seus índices de desenvolvimento económico e social, para isso basta seguir a comunicação social, ao passo que Vila Franca vai ficando para trás em todos os índices de desenvolvimento, sem estratégia, sem planeamento, sem intervenção, sem orgulho. -----
Tal como o executivo camarário, Vila Franca parece mais destinada à espera da reforma do que para virar uma nova página e conhecer um ímpeto intervencionista de quem tem a obrigação de fazer muito mais do que faz. -----
Lamentavelmente, chegamos a um ponto que apenas medidas mais severas podem lembrar a responsabilidade que os eleitos para governar têm. -----
Infelizmente não podemos também contar com o Partido Socialista, um partido de governo, responsável e com responsabilidades, o qual praticamente desapareceu, não sendo conhecido qualquer comunicado ou posicionamento público nos últimos 8 anos, no sentido de reivindicar do executivo mais por Vila Franca e o cumprimento das obrigações que sobre si recaem. -----
Não podemos fechar os olhos á forma desinteressada com que o executivo lida com as necessidades dos seus administrados. Tornou-se pratica comum a um simples requerimento o munícipe ter de esperar semanas a fio, senão meses, a fim de ter uma resposta do município, enquanto alguns têm total disponibilidade para o que querem, como querem e do modo que entendem e na altura que desejam. -----
Com o aumento exponencial da despesa com pessoal afeto à vereação e presidência (a qual duplicou), esperávamos que tantos mais braços iriam equivaler a menos burocracia, maior celeridade de processo e produção de projetos, de iniciativas, dessa reforma que nos cansamos ao longos destes anos de exigir. Na verdade, pouco ou nada se vê, menos ainda se espera. -----
Este município não avalia os seus funcionários, não lhes estipula objetivos, não lhes motiva, duplica as suas funções por técnicos avançados, pondo-lhes à margem, não aproveitando a sua vontade, a sua ciência, a vontade de servir aquela que também é a sua terra. -----
Vamos em dois anos que o município não tem chefe de divisão administrativa, não havendo outra explicação para o efeito senão não querer alguém com responsabilidades acrescidas que fiscalize e



tenha participação nos procedimentos ou sirva como um lembrete para a obrigação de fazer o que é suposto fazer enquanto se cumprem funções públicas. -----

Estamos fartos de promessas que não passam de promessas, da deslealdade do executivo que finge aceitar as propostas que apresentamos sem qualquer intenção de as cumprir, só para depois em exercício de demagogia vir dizer que aceitam as propostas da oposição e que as tem em apreço, o que contrasta com a mísera e insultuosa dotação que lhes é atribuída no orçamento. -----

Este é o orçamento de mais de um milhão de euros em “outros” ou rubricas não especificadas, é o orçamento em que se recebeu muito mais do que se espera e que se gastou, desmesuradamente mais do que se podia. -----

Este é o orçamento em que o executivo espera poder alterar, a seu bel-prazer, as rubricas para continuar a realizar negócios especulativos, gastando o que não pode naquilo que não precisa, ao invés de amortizar a dívida ou investir nas empresas, na criação de emprego, na promoção do concelho, no apoio aos idosos, no reforço do financiamento das juntas de freguesia. -----

Com as polémicas judiciais e decisões insólitas do executivo do último mês e por entre inspeções administrativas, na antepenúltima assembleia municipal informamos que era necessária uma mudança positiva para Vila Franca que deveria vir bem explícita no orçamento e no trato, pois a confiança política já não existia. -----

Não pode o executivo se queixar de outrem senão de si, que não de diferente tendo para dar a Vila Franca nestes últimos 10 anos, pede ideias e contributos à oposição só para depois os desconsiderar, por ao lixo e desprezar a função para a qual também fomos eleitos. -----

Pelas razões sumariamente mencionadas, votamos contra este orçamento”. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros referiu que estaria ali presente dali a um ano e que estariam exatamente no mesmo ponto. Mais disse que esperavam que, no próximo ano, acontecesse aquilo que até agora, teimosamente, ainda não tinha acontecido. -----

O deputado municipal Rui Amaral apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“Decidi em consciência, em liberdade, sou um social-democrata livre, compreendo as indicações do meu partido, respeito, mas sou um cidadão ponta-garcense. A minha posição (como ponta-garcense) é para beneficiar Ponta Garça e defender as pessoas de Ponta Garça. Daqui a um ano - como disse o meu chefe de bancada - poderemos, ou não, contestar a decisão. Há que dar o voto de confiança, há que dar oportunidade às pessoas de provarem e darem o seu melhor e foi isso que fiz em consciência, em liberdade e com o apoio da minha equipa junto do meu tesoureiro e da minha secretária”. -----

A deputada municipal Helena Ponte apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“Adivinhar é proibido. Nos últimos anos houve muitas alterações, nomeadamente a COVID19, a guerra da Ucrânia, as situações têm de ser colmatadas à medida que forem surgindo os cenários diferentes e completamente inesperados. As revisões dos orçamentos são para colmatar o que não se consegue adivinhar e que podemos ajudar nos momentos mais difíceis e complicados, nos diversos momentos em que acontecem”. -----

A deputada municipal Margarida Pinheiro apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“Após o voto contra dos vereadores do PSD à proposta do Plano e Orçamento em reunião de Câmara, votando inclusivamente contra as propostas que eles próprios apresentaram, era grande a



espectativa nesta votação da Assembleia Municipal: das duas uma, ou a liderança do PSD no concelho era aqui confirmada, ou então a concelhia do PSD de Vila Franca do Campo perdeu o controlo. -----

Esta questão partidária nunca deveria estar em causa na votação do plano e orçamento, mas sim o interesse de vila franca e dos Vila-Franquenses. -----

O PSD deixou de lutar pelos interesses de Vila Franca e colocou os interesses partidários acima do interesse público, tal como aconteceu recentemente com o voto do PSD no Conselho de Ilha de S. Miguel, sobre o Orçamento da Região que maltrata os Vila-Franquenses. -----

[Neste momento, o presidente da Mesa da Assembleia interrompeu a deputada municipal Margarida Pinheiro, pedindo que esta fizesse a sua declaração de voto não criticando o sentido de voto dos deputados do PSD]. -----

É por achar, que acima de tudo está o interesse dos Vila-Franquenses, nesta votação que votei favoravelmente este Plano e Orçamento. -----

Por isso, nós que votamos favoravelmente estamos do lado do progresso e do querer fazer e servir as pessoas que nos elegeram, os que votaram contra, ainda não aceitaram a derrota para a Câmara Municipal e o seu voto contra é também um voto contra as nossas seis freguesias. Um Presidente de Junta que não defende a sua freguesia devia explicar aos seus eleitores o seu voto contra. -----

Felizmente que, no PSD, ainda há quem pense pela sua cabeça e a favor da sua freguesia”. -----

O presidente da Câmara Municipal fez uma interpelação à mesa. Prosseguiu dizendo que a declaração de voto é um gesto de liberdade de cada membro da assembleia, podendo dizer seja o que for, pelo que o presidente da Mesa da assembleia não deveria ter interrompido porque a declaração de voto, a menos que seja ofensiva para algum dos membros da assembleia, não das ideias políticas. Referiu que não levava a mal por entender que todos estão a aprender e reforçou que a declaração de voto é um momento de liberdade de quem vota, devendo apenas ser interrompida se contiver termos que sejam inapropriados numa assembleia daquele género. -----

O presidente da Mesa da assembleia referiu que achou que a declaração de voto se estava a desviar do fim a que se destinava, tendo sido essa a razão da sua intervenção. -----

A deputada municipal Sara Botelho apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“Sabemos, por experiência própria, que o processo de mudança pode ser difícil de gerir, mesmo quando sabemos que trarão resultados positivos. Qualquer mudança que nos retire da rotina do que estamos habituados, a ver e a fazer, traz dúvidas e apreensão e qualquer decisão que se reverta numa mudança desta natureza, pela importância e dimensão que pode ter, deve ser tomada, por quem de direito, com parcimónia e responsabilidade. A ponderação, a idoneidade e a seriedade, paradigmas morais de conduta em qualquer área da nossa vida, pública ou privada, a par da competência e proatividade, devem ser características inalienáveis de quem é eleito para ocupar cargos de decisão política, de decisão pública em geral. Foi, também, pela incumbência desta conduta, que optamos por votar contra este orçamento. Esta decisão não foi tomada de ânimo leve, não foi sequer uma decisão unânime, isto é a base da Democracia precisamente porque a novidade abala a zona de conforto em que nos acomodamos a tomar decisões, só que à semelhança de todas



as grandes decisões, não devemos nem podemos escusar-nos de tomá-las porque são difíceis. Esta foi uma decisão tomada à luz de todas as informações de que dispomos, em que, com muita ponderação, foram pesadas todas as consequências, vantagens e desvantagens que conseguimos humanamente antecipar. Quero deixar muito claro que o orçamento, ao ser chumbado, ou um voto contra um orçamento, não representa uma vitória para nenhuma das partes envolvidas, antes pelo contrário, isso significa que se perderam as bases de entendimento sobre aquele que é o caminho para melhor atender ao superior interesse do município. Não é, portanto, algo de que nos passamos a regozijar, pois sabemos que não é forma de gerir o município. O que ele representa, ou representaria pesadas todas as contrapartidas, é um mal menor. Em nome da salvaguarda de princípios primordiais como a transparência, o rigor e a credibilidade que, aliás, devem pautar a atuação de todos os membros de órgãos representativos do município no qual se inclui esta assembleia. Nesta sequência importa, e muito, realçar que não seria intenção desta assembleia que o chumbo se perpetuasse no tempo, antes que o orçamento fosse revisto por intermédio de uma negociação séria e comprometida de forma a limar, tanto quanto possível, os pontos de divergência, que assim são passíveis de o ser, e a acomodar propostas que, independentemente da cor partidária, pudessem vir colmatar, de forma cabal, os interesses e as necessidades do povo vila-franquense. Concluo dizendo que nós não sabemos tudo, não somos onnipotentes, nem conseguimos adivinhar o futuro, mas podemos garantir a quem nos ouve que trabalhamos com afinco, rigor e abnegação, no sentido de expandir o nosso conhecimento e tomar as melhores decisões com renúncia e repúdio a interesses e agendas pessoais com o único e exclusivo objetivo de honrar a confiança de quem nos elegeu para zelarmos pelo desenvolvimento sustentável do nosso concelho e pelo bem-estar da nossa comunidade.” -----

A deputada municipal Mariana Salema apresentou a seguinte declaração de voto: -----
“Venho esclarecer que votei, também, em consciência pessoal, mais do que política, aliás, cada deputado municipal, mais do que um partido político, representa cada pessoa que o elegeu e, dizer-se aqui nesta assembleia que a aprovação deste orçamento é uma perda por parte da CPC do PSD de Vila Franca do Campo, está totalmente errado, porque, aliás, nenhum presidente de junta de freguesia votou contra este orçamento. Portanto, é reconhecido e é esperada uma liberdade individual a cada deputado municipal e aproveito este momento para afirmar que me revejo, na íntegra, com as declarações de voto do deputado Hélder Medeiros e da deputada Sara Botelho, que representam a maioria dos deputados municipais por parte do PSD, mas que, como se viu nesta assembleia, também têm opções próprias, as quais devem ser bem recebidas por parte da população e não distorcidas como aqui tentou-se fazer passar.” -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu o comportamento e a honradez de todos os deputados municipais, vereadores e presidente da Câmara Municipal, considerando que o debate sobre o tema do orçamento não é um tema fácil, mas que o tom do debate foi cordial, agradecendo por tal. Agradeceu também ao público que assistiu virtualmente à sessão. -----



Não havendo outros assuntos a tratar e sendo vinte e três horas, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Bruno Machado, suspendeu a sessão da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Helena de Rodrigues Ponte, Secretária da Mesa da Assembleia, mandei escrever e subscrevo. -----

Declaro ainda que a presente ata contém trinta folhas. -----